

Dívida externa. O encontro de uma solução equânime e realista

25 FEV 1989

L. G. NASCIMENTO SILVA

08079 0

Em artigo anterior, sob o título "Um mundo desenvolvendo... e os outros", salientei eu que 1988 fora um ano de expansão da economia mundial, com uma triste e quase dramática exceção: a dos países da América do Sul e Central, e mais o México. Nós todos somos "os outros", os que estão manietados por uma sufocante dívida externa que não podemos pagar pelas condições difíceis de nossas economias, impostas em grande parte por nossos banqueiros e países credores.

A partir de 1982, e até agora, tem sido penosa nossa situação econômica, sufocada pelo peso de um serviço da dívida que não pode ser atendido pela força de nossas exportações. Em 1988 os bancos comerciais emprestaram aos países do Continente Sul apenas US\$ 6 bilhões, mas deles receberam a polpuda soma de US\$ 26 bilhões. Como se vê, pagamos mais, muito mais, do que o dinheiro novo que estamos recebendo.

"O Plano Baker" tinha por objetivo a redução do fluxo de recursos financeiros dos países devedores para os países credores. O que se está vendo, porém, é exatamente o inverso. Os bancos recusam-se a fornecer os novos recursos de que nossos países necessitam para sua expansão econômica, e recolhem juros e interesses que são crescentes.

Mas, será essa, mesmo, a mais justa e a melhor opção que os nossos credores, países e banqueiros, devem adotar? Beneficiar-se-ão mais em sufocar economias nascentes, em concorrer para o atraso do desenvolvimento econômico de países que, num futuro bem próximo, poderão comprar mais os seus produtos, acolher os seus investimentos em nossos países, integrarem-se na corrente de progresso econômico que, já se indica, deverá marcar os anos finais de nosso

século? A resposta só pode ser uma só: não.

A necessidade de se aliviar a dívida dos países em desenvolvimento já recebeu manifestações de apoio de vários dos países desenvolvidos. Mas, tardam muito as medidas efetivas de auxílio financeiro. Esse alívio só pode se realizar por dois caminhos: o da redução do peso do pagamento dos juros, ou o da concessão de novos empréstimos; ou, ainda, preferencialmente, pela união dos dois. A fórmula da redução da taxa de juros seria bem adequada, mas o que ocorre no momento é, ao contrário, uma elevação constante dos juros em quase todos os países desenvolvidos, à exceção do Japão.

Alguns governos já se manifestaram propensos a prestar ajuda financeira aos países da América Latina. Um deles foi o da França, havendo o Presidente François Mitterrand indicado que seu país está disposto a liderar um plano para reduzir o peso do endividamento dos latino-americanos. Foi ele, Mitterrand, quem acionou a ação de Pérez de Cuéllar no sentido de promover movimentos na Organização das Nações Unidas para redução da dívida das nações em desenvolvimento.

Agora o Ministro da Fazenda da França, Pierre Bérégovoy, esboça o plano francês para reduzir o ônus do endividamento desses países, com a criação de um novo tipo de "Direitos Especiais de Saques" do Fundo Monetário Internacional, e que se aplicariam para garantir novos bônus, os quais seriam usados na conversão de débitos antigos de dívida, fora do campo atual do FMI, e a taxas de juros menores, mais favorecidas.

Os Estados Unidos também não estão alheios à necessidade de se encontrar uma solução para o problema dos países sul-americanos e do México, e já atenderam em fins de 1988 à si-

tuação deste último país, com a concessão imediata de recursos no montante de US\$ 3,5 bilhões. Esse empréstimo, porém, foi totalmente absorvido pela regularização dos débitos em atraso do país.

O Presidente George Bush, quando ainda em campanha presidencial, anunciou seu propósito de encaminhar soluções para o delicado problema da dívida dos países do Continente Sul da América. Mas o que agora se anuncia nos Estados Unidos é apenas um novo "Plano Baker" com nova face. Já se adianta ser inviável a criação de uma agência internacional para comprar os títulos dos países devedores e negociá-los com desconto, aliviando, assim, o peso que tanto oprime os países devedores. A proposta francesa de criação de um novo tipo de "Direitos Especiais de Saque" através do FMI parece, entretanto, estar agora afastada pela nova postura americana, que quer tratar o problema "caso a caso".

Como se vê, não há ainda um consenso firmado no sentido de que seja necessário encontrar-se, em breve prazo, uma solução equânime para a dívida externa dos países da América Latina. Nossos credores precisam, porém, não esquecer de que, neste ano, dois dos principais países do Cone Sul — a Argentina e o Brasil — realizarão eleições presidenciais para as quais concorrem, com forte peso, candidatos de partidos populistas, que, se eleitos, poderão transformar o equilíbrio que as posições centristas têm assegurado aos dois países.

Uma solução urgente para a dívida externa do Brasil é, pois, um fator importante para a continuidade de sua vida democrática e institucional. E o mundo desenvolvido e, em especial, os Estados Unidos e o Japão devem meditar mais maduramente sobre essa realidade.